



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho da 14ª Região

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Adm. Eletrônico Nº 1724/2015

| | |
|-------------------|---|
| TIPO | Menor Preço. |
| BASE LEGAL | Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns); Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 ((Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP); o Decreto nº 5.450/2005 (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica), Decreto nº 6.204/2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME e EPP nas contratações públicas) e Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços) Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar nº 123/2006), bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05/1995 (estabelecer os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do SICAF-SIASG) e nº 01/2001 (Altera dispositivos da Instrução Normativa MARE nº 5, de 21 de julho de 1995). |
| OBJETO | REGISTRO DE PREÇOS, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de cofres eletrônicos, conforme especificações técnicas contida no Termo de Referência (Anexo I do Edital). |

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07.

() SIM

() NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Dia: 17 de junho de 2015

Hora: 11h00

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS

Dia: 17 de junho de 2015

Hora: 11h30

Endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

– www.trt14.jus.br - (Licitações/Consulta 2015);

– www.licitacoes-e.com.br

– Esclarecimentos: pregoeiro@trt14.jus.br

– Telefones: (0xx) 69-3211-6431 - Seção de Licitações e Pregoeiros



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho da 14ª Região

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Processo Adm. Eletrônico Nº 1724/2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio de seu Pregoeiro, ao final firmado, torna público o presente edital de licitação, a qual realizar-se-á na modalidade pregão, forma eletrônica, observando-se os termos das Leis nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns); Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 ((Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP); o Decreto nº 5.450/2005 (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica), Decreto nº 6.204/2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME e EPP nas contratações públicas) e Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços) Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar nº 123/2006), bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05/1995 (estabelecer os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do SICAF-SIASG) e nº 01/2001 (Altera dispositivos da Instrução Normativa MARE nº 5, de 21 de julho de 1995)., conforme as especificações e condições a seguir:

1.0 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de cofre eletrônico, conforme especificações técnicas contida no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

1.1.1 – Critério de adjudicação do objeto: MENOR PREÇO.

1.2 - Poderão participar da licitação quaisquer licitantes interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

1.3 A presente licitação é exclusiva para a participação de microempresas - ME's e empresas de pequeno porte – EPP's, nos termos do Dec. nº 6.204, de 5.09.07:

1.4 – Dos quantitativos previstos no objeto do edital.

| Item | Descrição do Objeto | Unid. | Quant. Mínima | Quant. Máxima |
|------|--|-------|---------------|---------------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com <i>Display</i> Digital; Iluminação interna; Forração interna; Medidas: Altura de 24 cm, Largura de 41 cm e Profundidade: 42 cm; Com o Corpo e Porta de aço; Sistema de propulsão para garantir o funcionamento seguro de todo o sistema, a fim de reduzir os "travamentos"; Com senha mestra para uso do usuário principal; Possibilidade de cadastrar, no mínimo, 10 senhas, com possibilidade de "deletar" a qualquer momento, quando for necessário;</p> <p>Deverão acompanhar Kit de fixação e Kit de emergência para cada peça (função de alimentação externa para substituir as pilhas internas do cofre quando estas se esgotarem e não conseguir mais movimentar o mecanismo abre e fecha)e assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas.</p> | Unid | 1 | 15 |

| Item | Descrição do Objeto | Unid. | Quant. Mínima | Quant. Máxima |
|------|---|-------|---------------|---------------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com o Corpo e Porta de aço com as seguintes especificações: Medidas: Externas - Altura de 150 cm, Largura de 90 cm e Profundidade de 50 cm e interna altura de 142 cm, largura de 84 cm e profundidade de 44 cm; Peso entre 140 kg à 160 kg; Funcionamento com 4 pilhas tamanho AA, com durabilidade mínima de (1 ano); Fechamento através de senha digital (programada pelo próprio usuário) + chave tetra; Quando inativo, o sistema eletrônico deverá proporcionar 100% de economia; Motor de baixo consumo de pilhas; Fácil operação com senha de 4 à 6 dígitos programada pelo usuário; <i>Display</i> discreto para visualizar as operações; Painel em aço; Teclado emborrachado; Abertura e fechamento automático; Bloqueio de 30 minutos após três tentativas com senha incorreta; Senha descartável para abertura de emergência através do suporte técnico; Construídos com duas caixas de aço especificação SAE 1008 e 1010; A porta seja reforçada internamente com forramento especial, com chapa de aço de bitola grossa; tenha luz interna; Tenha o mínimo de 3 (três) prateleiras removíveis e reguláveis, mais 2 (duas) gavetas com chave, formando o mínimo de 5 (cinco) vãos para organização de cartuchos, insumos, armas curtas e munições; Deverá possuir espaço lateral no lado direito para armazenamento de armas longas; Travamento "H" (horizontal e vertical); Fechamento e abertura através de</p> | Unid | 2 | 2 |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>senha programável , quadrichave e volante; Revestido internamente em carpete; O gabinete deverá ser confeccionado com chapas de aço, com dobradiças Reforçadas confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 1,2 mm; Base preenchida com concreto; Deverá possuir duas portas com abertura no sentido horizontal, confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 2 mm com reforço no mecanismo de 3mm; Pintura especial na cor Branca (Cristal) pelo sistema "epoxi pó", assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas e aprovado pelo Exército Brasileiro.</p> <p>Kit de emergência.</p> | | | |
|--|--|--|--|

2.0 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - No Sistema de Registro de Preços caberá a Administração escolher a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros, ou seja, não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/13).

3.0 - DO ENVIO DA PROPOSTA E INÍCIO DA SESSÃO

3.1 - As propostas comerciais para os lotes deverão ser encaminhadas até o dia **17 de junho de 2015, tendo como horário limite 11:00 horas.**

3.1.1- A proposta registrada previamente no sistema (BBLICITAÇÕES), deverá conter, imprescindivelmente, **sob pena de desclassificação**, a [marca do produto](#) e, sendo o caso, demais elementos de identificação, como: modelo, número de referência, bem como demais especificações necessárias à identificação do objeto ofertado.

3.1.1.1 – Exemplo de como inserir no sistema **licitacoes-e do Banco do Brasil**:

Lote 1:

Item 1 – [Marca “x”](#), demais especificações conforme edital.

3.1.1.1.1 - E assim, proceder para o lote 2.

3.2 – A fase de lances do presente certame terá início no dia **17 de junho de 2015, às 11h30min.**

3.3 - Todas as referências de tempo constantes neste Edital, bem como os enunciados na Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

4.0 – DO IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo licitatório, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) constituídos sob a forma de consórcio;

b) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participar em licitações, imposta por este Tribunal (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, e Acórdão 2242/2013 – Plenário, TC 019.276/2013-3 - TCU);

c) em cumprimento de penalidade de suspensão de participar em licitações, imposta no âmbito interno do ente federativo que a aplicar (União, Estados e Municípios – art. 7º, da Lei nº 10.520/02), Acórdão 2242/2013 – Plenário. TC 019.276/2013-3.

d) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

e) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

f) Estrangeiras que não funcionem no País;

g) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

h) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OPSCIP, conhecidas como ONGS de participarem em processos licitatórios promovidos pela Administração (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário – (TC-021.605/2012-2).

i) tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico (art. 9, caput da Lei nº 8.666/93).

5.0 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - Para acesso ao sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame (licitacoes-e do Banco do Brasil), os interessados em participar do presente pregão, deverão dispor de **chave de identificação e senha de acesso**, pessoais e intransferíveis, obtidas após cadastramento junto ao Banco do Brasil S.A., por meio de suas agências sediadas no país ou por outros meios disponibilizados pelo banco. (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 5.450, 31/05/05).

5.1.2 – O procedimento, regras e critérios para o cadastramento acima citado, serão os estipulados pelo Banco do Brasil S/A, os quais poderão ser consultados também por meio do endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

5.2 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT-14ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros, conforme art. 3º, §5º, do Dec. 5.450/05.

5.3 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente pregão, nos termos do art. 3º, §6º, da Lei nº 8.666/93.

6.0 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1 - A participação no certame se dará por meio do encaminhamento de proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, pela empresa devidamente credenciada, observando-se os requisitos constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.5, bem como as datas e horários estabelecidos no item 3.0 deste Edital.

6.2 – O tempo normal da disputa será de 05 (cinco) minutos, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro, em seguida inicia-se a contagem de tempo aleatório (tempo randômico), o qual será de até 30 (trinta) minutos, para o encerramento da disputa.

6.3 – Em caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da fase de lances do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances até o retorno do Pregoeiro à sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4 - Quando a desconexão acima mencionada persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, tendo reinício somente após comunicação expressa aos participantes pelo pregoeiro, por meio do próprio sistema licitacoes-e do Banco do Brasil.

7.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - O Pregoeiro classificará antes do início da disputa de preços, os licitantes cujas propostas atendem às especificações constantes neste Edital.

7.2 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro negociará diretamente com o proponente através do **chat** do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, para que seja obtido melhor preço (Art.24, §§8º e 9º, do Decreto 5.450/2005).

7.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.4 - O pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado pela autoridade.

8.0 – DA PROPOSTA

8.1 - A empresa vencedora na sessão eletrônica deverá, após o encerramento da sessão pública, **encaminhar imediatamente e/ou até 02 (dois) dias úteis** ao Pregoeiro deste TRT-14ª Região, **via e-mail pregoeiro@trt14.jus.br**, a proposta comercial escrita, datilografada ou emitida em equipamento de informática, elaborada em língua portuguesa, de modo claro, datada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e

juntamente com os documentos de habilitação e as declarações exigidos neste edital, sob pena de desclassificação.

8.1.2 – A proposta comercial, os documentos de habilitação, as declarações ou quaisquer outros documentos, remetidos via e-mail pregoeiro@trt14.jus.br, exigidos no edital, os **ORIGINAIS** e/ou cópias autenticadas, **somente** deverão ser encaminhados, quando, expressamente solicitados, através do canal de comunicação (**chat**) pelo **Pregoeiro**, correndo o prazo de 05 (cinco) dias, para a empresa licitante encaminhar à Seção de Licitações e Pregoeiros, situada no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, localizado na Rua Almirante Barroso, 600 – Bairro Mocambo – Porto Velho/RO – CEP 76.801.901, via SEDEX ou outro meio de eficiência e rapidez similares, sob pena de desclassificação.

8.2 – Em caso de desclassificação do primeiro colocado, os licitantes serão convocados pelo **Pregoeiro**, através do canal de comunicação (**chat**), na ordem de classificação, correndo o prazo de 02 (dois) dias úteis para o envio da proposta comercial, dos documentos de habilitação e das declarações ou quaisquer outros documentos, **via e-mail** pregoeiro@trt14.jus.br, sob pena de desclassificação.

8.3 - Os licitantes que aceitarem cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado, deverão manifestar interesse através do **chat** do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, tão logo o sistema informe que a disputa do lote foi definitivamente encerrada (inciso II, do art. 11 do Decreto nº 7.892/13).

8.3.1 - Os licitantes que aceitarem as condições estabelecidas no subitem 8.3 deverão observar as mesmas condições estipuladas nos subitens 8.1 e 8.1.2 .

8.4 - Não será admitida a alteração posterior da proposta registrada previamente no sistema eletrônico, no que tange às características e marca do produto, devendo a proposta comercial escrita (item 8.1), corresponder àquela registrada (subitem 3.1.1) e vencedora do certame, salvo devidamente justificado e cujas características sejam iguais ou superiores a proposta originalmente ofertada e que seja vantajosa para a Administração.

8.5 - A proposta deverá conter ainda:

a) as especificações claras e precisas do objeto deste PREGÃO para sua melhor identificação;

b) preço unitário e/ou total, em valores numéricos da moeda corrente nacional, utilizando-se apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei nº 9.069/95), os quais deverão compreender todas as despesas com impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, transporte, seguros, assim como quaisquer outros que incidam ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

c) o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da proposta comercial devidamente consolidada, nos termos deste Edital;

d) nome ou razão social do proponente, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, fax e, se

houver, endereço eletrônico (e-mail);

e) indicação do banco, número da conta corrente e agência (código e endereço), para fins de pagamento, caso a empresa seja a vencedora, bem como nome, número da Carteira de Identidade, CPF, estado civil e endereço residencial do representante legal da empresa licitante;

8.5.1 – A proposta comercial escrita (item 8.1) deverá corresponder àquela registrada (subitem 3.1.1) e vencedora do certame, sob pena de desclassificação, salvo no caso de a alteração ser vantajosa para a Administração e aceita pelo Pregoeiro.

9.0 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa vencedora na sessão eletrônica deverá, juntamente com sua proposta comercial (item 8.1), encaminhar ao Pregoeiro deste TRT-14ª Região, para fins de verificação quanto sua habilitação os seguintes documentos:

9.1.1 - Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2 - Regularidade Fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- **FGTS**, mediante a apresentação do **CRF** – Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Estadual e Municipal;

Parágrafo único – As ME e EPP beneficiadas pelo art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014), estão amparadas,

somente, em relação a REGULARIDADE FISCAL.

I – As ME e EPP, que ofertou o menor preço deverá apresentar TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA HABILITAÇÃO, inclusive a regularidade fiscal (Subitem 9.1.2, alíneas “a” a “g” do edital), mesmo havendo alguma restrição na comprovação.

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal apresentada ao pregoeiro, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública.

9.1.2.1 – Licitantes em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) poderão apresentar a **Declaração do SICAF**, que substitui os documentos abaixo:

- a) **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (subitem 9.1.1, alíneas a, b, c e d);
- b) **REGULARIDADE FISCAL** (subitem 9.1.2, alíneas “a” a “e” ;
- c) **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA** (subitem 9.1.4, alíneas a, b e c).

9.1.2.2 – **Demais Certidões e Declarações a apresentar:**

a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (**CNDT**) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa.

b) Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual.

c) No caso de ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte: **Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

d) **As DECLARAÇÕES** solicitadas nos Anexos do Edital, devidamente assinados pelo representante legal.

9.1.2.3 – Os licitantes cadastrados no SICAF, deverão, no caso de não atualização do sistema de cadastramento, apresentar a documentação avulsa de comprovação de regularidade, devidamente atualizada.

9.1.3 - Qualificação Técnica:

9.1.3.1- 01 (um) Atestado, pelo menos, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento do objeto do edital.

9.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição

financeira da empresa licitante.

b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

Sendo,

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT= Ativo Total

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

9.1.4.1 - A licitante vencedora com resultado em quaisquer dos índices contábeis, igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.1.4.1.1 - A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado, desde que não seja possível a obtenção dessa informação no cadastro deste Tribunal ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF.

9.1.4.2 - Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido,

cumulativamente:

- a) registrados e arquivados na junta comercial;
- b) publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
- c) publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.

9.1.4.3 - Com relação às demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

9.1.4.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

9.2 - As MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, deverão apresentar declaração esclarecendo tal situação, para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e Dec. 6204/07, ressaltando, ainda, que não se enquadram nos termos do § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

9.3 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

9.4 - As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

9.5 - A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.6 - Durante a fase de habilitação, poderá o pregoeiro consultar:

a) sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes** (SICAF, Tributos Federais, Estaduais e Municipais, **CNDT** e no Sistema de Emissão de Certidões Negativas de efeitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial pelo distribuidor da sede da licitante, via internet (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

b) sítio da **CGU** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas a existência de registros impeditivos de contratação (www.portaltransparencia.gov.br);

c) sítio do **CNJ** – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consulta).

d) sítio Portal Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br),

seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros).

9.7 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) Se licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz.

9.8 - Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem plenamente as exigências estabelecidas neste Edital.

9.9 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, sendo assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Ordenador de Despesas.

10.0 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, através do **chat** para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital (art.24, §§8º e 9º, do Decreto 5.450/2005).

10.2 - A negociação será realizada por meio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil (chat), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema licitacoes-e do Banco do Brasil para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Após a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, a Administração procederá à análise quanto a regularidade do processo licitatório, podendo homologá-lo.

11.2 - O TRT-14ª Região publicará a homologação do processo licitatório, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

11.3 – Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração (Art. 13, Decreto nº 7.892/13).

11.4 – É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único, art. 13, Decreto nº 7.892/13).

12.0 - DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

12.1 – O licitante vencedor do certame terá seus preços registrados em um instrumento obrigacional denominado Ata de Registro de Preços, sendo convocado oficialmente por este TRT-14ª Região para firmá-la, devendo comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, podendo o referido prazo ser prorrogado(art. 64, §1º, da Lei 8.666/93).

12.2 – Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação, estando sujeita às penalidades previstas no **item 16.0** deste Edital.

12.3 - Verificada a hipótese expressa no subitem 12.2, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação constantes neste Edital, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e requisitos de habilitação (§3º, art. 27, Dec. nº 5.450/05).

12.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (art. 16 do Dec. nº 7.892/2013).

12.5 - Os preços registrados poderão ser revistos na forma do art. 17 do Decreto Nº 7.892/13, sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93.

12.6 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

12.7 – Conforme disposto no § 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13 **é vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8 - Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, caso venham a ser celebrados, poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 3º, do art. 12, do Decreto nº 7.892/13).

12.9 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano.

12.10 - O Licitante vencedor deverá manter as condições estabelecidas na Resolução 103/2012-CSJT – *“Não deverá possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo e nem ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante a execução do Contrato, sob pena de rescisão contratual”*.

13.0 - DO PRAZO DE ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA DOS

EQUIPAMENTOS

13.1 – Os equipamentos ofertados deverão ser embalados de acordo com a praxe do fabricante.

13.2 – Os equipamentos deverão ser entregues em até 30 dias úteis no Almoxarifado do TRT-14ª Região, sito a Av. Rio Madeira, 3997, Bairro Industrial – Porto Velho/RO – CEP 76.821-051, a contar do recebimento da nota de empenho.

13.3 - O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega do equipamento. O recebimento definitivo será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias, contados após ser observado e testado o funcionamento correto do equipamento.

13.4 – Garantia de, no mínimo, um ano em todos os componentes eletrônicos e três anos no gabinete.

14.0 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regiona, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

14.1.1 – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo a Regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**) **ou** Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- d) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

14.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

14.3 - Será facultado à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

15.0 – DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

15.1 – Até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão na forma eletrônica (art. 18 do Dec. 5.450/05).

15.1.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, **decidir sobre a impugnação** no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (art. 18, § 1º, Dec. 5.450/2005).

15.2 - Até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** acerca da presente licitação, por meio do e-mail pregoeiro@trt14.jus.br (art. 19, do Dec. 5.450/05).

15.3 - As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos ao instrumento convocatório, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro **por e-mail** pregoeiro@trt14.jus.br .

15.4 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediate e motivada, em campo próprio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, manifestar sua intenção de recorrer.

15.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art. 26, §1º, do Dec. 5.450/05).

15.6 - Para fins deste edital, declarado vencedor no sistema, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.7 - A partir da manifestação da sua intenção de recorrer, será concedido automaticamente ao licitante o prazo de 3 (três) dias para apresentar suas **razões de recurso**, em campo próprio do sistema.

15.7.1. Após a interposição das razões, os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual prazo e forma, começando a contar seu prazo imediatamente do término do prazo do recorrente, sem necessidade de intimação.

15.8 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações e Pregoeiros, em dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas, horário de Porto Velho/RO (art. 26, *caput*, do Dec. 5.450/05).

15.9 - As razões e contrarrazões observarão os seguintes pressupostos recursais:

- a) tempestividade
- b) legitimidade recursal
- c) interesse de agir
- d) fundamentação, com estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão.

15.10 - Eventuais recursos sem o preenchimento dos pressupostos recursais elencados acima, poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação

(Acórdão 1440/07, TCU).

15.11 - Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro não reconsiderando sua decisão, encaminhará os autos devidamente informados, no prazo de até 5 dias úteis à Autoridade Superior.

15.12 - Já o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.13 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.14 - Os recursos e contra razões de recursos deverão ser dirigidos à autoridade competente e disponibilizados através do sistema licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil.

15.14.1 – Caso os recursos e contra razões de recursos não sejam disponibilizados no **sistema licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, não serão conhecidos.**

16.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto na Portaria nº 663, de 15 de março de 2013 e publicada no DEJT14ª Região dia 18/03/2013, que regulamenta e uniformiza o procedimento de aplicação das sanções administrativas:

16.1.2 - A inexecução parcial, ainda que temporária, ou total da obrigação pactuada sujeitará o contratado às seguintes sanções (Art. 7º, da Portaria 663/13):

I - multa de mora;

II - multa compensatória;

III – advertência;

IV - suspensão temporária para participar em licitação e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V – impedimento de licitar e contratar com a União, nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e quando a modalidade licitatória for o pregão;

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

16.2 - Das Multas

16.2.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas, por atraso injustificado na entrega ou execução da contratação, e será aplicada nos seguintes percentuais (Art. 8º, da Portaria nº 663/13):

I - multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de

material ou execução de serviços, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada no caso de:

a) atraso injustificado e superior a 30 dias, na execução total ou parcial da contratação;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ata de registro de preços ou nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material ou prestação dos serviços.

16.2.2 - A multa compensatória será aplicada sobre a parte inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa de mora prevista no inciso I (§ 1º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13);

16.2.3 - Demonstrado que o atraso ocorreu por culpa do contratado, caberá a aplicação de multas, afastando-se a sua incidência nos casos em que o atraso decorreu de fatos alheios à sua vontade e por ele inevitáveis (§ 2º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

16.2.4 - Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata esta Portaria e de cobrança a mora que possa ensejar multa inferior a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 (§3º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

17.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A presente licitação não importará necessariamente na contratação da adjudicatária, podendo a Administração do TRT-14ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, sendo dada a devida ciência aos licitantes, por meio de publicação no órgão oficial.

17.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo o TRT-14ª Região, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se o início e término em dias úteis de expediente normal neste TRT-14ª Região.

17.4 – Os atos e decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes interessados, por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.

17.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.6 - O presente Edital encontra-se disponível no site www.trt14.jus.br – Consultas/Licitações / 2015; www.licitacoes-e.com.br, ou no TRT-14ª Região, bem como

poderá ser retirado na Seção de Licitações, localizada na Rua: Almirante Barroso, nº 600, Mocambo, 3º andar, Porto Velho/RO – CEP 76.801-901 - telefone – (0xx) 69-3211- 6431, em dias úteis, no horário das 8h às 18 h.

17.7 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições legais e princípios gerais do direito.

17.8 - O desatendimento pelo licitante, de exigências formais *não essenciais*, não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, conforme a prudente análise do Pregoeiro.

17.9 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal 1ª Instância - Seção Judiciária em Rondônia, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente contratação, com renúncia expressa por qualquer outro.

17.11 - São partes integrantes deste Edital os seus Anexos.

Porto Velho/RO, 02 de junho de 2015.

Célia Maria Madureira Serra
Pregoeira

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, visando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de cofre eletrônico, conforme especificações técnicas contida no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

PREÇOS DE REFERÊNCIA

Lote 1

| ITEM | DESCRIÇÃO | Unid. | QUANT | MARCA | P.UNIT estimado (R\$) |
|---------------------------------|--|-------|-------|------------|-----------------------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com <i>Display</i> Digital; Iluminação interna; Forração interna; Medidas: Altura de 24 cm, Largura de 41 cm e Profundidade: 42 cm; Com o Corpo e Porta de aço; Sistema de propulsão para garantir o funcionamento seguro de todo o sistema, a fim de reduzir os "travamentos"; Com senha mestra para uso do usuário principal; Possibilidade de cadastrar, no mínimo, 10 senhas, com possibilidade de "deletar" a qualquer momento, quando for necessário;</p> <p>Deverão acompanhar Kit de fixação e Kit de emergência para cada peça (função de alimentação externa para substituir as pilhas internas do cofre quando estas se esgotarem e não conseguir mais movimentar o mecanismo abre e fecha)e assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas.</p> | Unid | 1 | | 2.762,67 |
| VALOR ESTIMADO DO LOTE 1 | | | | R\$ | 2.762,67 |

Lote 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | Unid | QUANT | MARCA | P.UNIT estimado (R\$) |
|------|--|------|-------|-------|-----------------------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com o Corpo e Porta de aço com as seguintes especificações: Medidas: Externas - Altura de 150 cm, Largura de 90 cm e Profundidade de 50 cm e interna altura de 142 cm, largura de 84 cm e profundidade de 44 cm; Peso entre 140 kg à 160 kg; Funcionamento com 4 pilhas tamanho AA, com durabilidade mínima de (1 ano); Fechamento através de senha digital (programada pelo próprio usuário) + chave tetra; Quando inativo, o sistema eletrônico deverá proporcionar 100% de economia; Motor de baixo consumo de pilhas; Fácil operação com senha de 4 à 6 dígitos programada pelo usuário; <i>Display</i> discreto para visualizar as operações; Painel em aço; Teclado emborrachado;</p> | Unid | 1 | | 12.774,88 |

| | | | | |
|---|--|--|--|-----------------------------|
| <p>Abertura e fechamento automático; Bloqueio de 30 minutos após três tentativas com senha incorreta; Senha descartável para abertura de emergência através do suporte técnico; Construídos com duas caixas de aço especificação SAE 1008 e 1010; A porta seja reforçada internamente com forramento especial, com chapa de aço de bitola grossa; tenha luz interna; Tenha o mínimo de 3 (três) prateleiras removíveis e reguláveis, mais 2 (duas) gavetas com chave, formando o mínimo de 5 (cinco) vãos para organização de cartuchos, insumos, armas curtas e munições; Deverá possuir espaço lateral no lado direito para armazenamento de armas longas; Travamento "H" (horizontal e vertical); Fechamento e abertura através de senha programável , quadrichave e volante; Revestido internamente em carpete; O gabinete deverá ser confeccionado com chapas de aço, com dobradiças Reforçadas confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 1,2 mm; Base preenchida com concreto; Deverá possuir duas portas com abertura no sentido horizontal, confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 2 mm com reforço no mecanismo de 3mm; Pintura especial na cor Branca (Cristal) pelo sistema "epoxi pó", assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas e aprovado pelo Exército Brasileiro.</p> <p>Kit de emergência.</p> | | | | |
| <p>VALOR ESTIMADO DO LOTE 2</p> | | | | <p>R\$ 12.774,88</p> |

1- O critério de julgamento será pelo MENOR VALOR DO LOTE.

2 - A disputa no sistema licitações-e do Banco do Brasil é por LOTE.

3 – A proposta DEVERÁ CONTER SOMENTE QUANTIDADE UNITÁRIA.

4 – A marca do material está prevista no subitem 3.1.1 do edital.

5 – Na proposta comercial vencedora, os preços NÃO poderão ser superiores aos valores estimados nas planilhas supracitadas.

ANEXO I - DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de cofre eletrônico para armazenar arma de fogo.

II – JUSTIFICATIVA:

O Art. 26 do Decreto [Nº 5.123, DE 1º DE JULHO DE 2004](#) que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição versa que “O titular de porte de arma de fogo para defesa pessoal concedido nos termos do art. 10 da Lei no 10.826, de 2003, não poderá conduzi-la ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de eventos de qualquer natureza.” Mesmo assim, ainda é notória a presença de pessoas armadas no interior desses estabelecimentos trazendo desconforto àqueles que ali estão. Com o propósito de manter a paz no ambiente Regional Trabalhista, e baseado no art. 2º da Resolução nº 104, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional da Justiça, que dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e dá outras providências, a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região normatizou o uso de arma de fogo no âmbito desta Instituição Federal, através da Portaria nº 062, de 20 de janeiro de 2012. Contudo, para aperfeiçoar a fiscalização e guarda do material detectado, há necessidade de possuir local próprio para manusear e acautelar a arma de fogo que, diga-se de passagem, é muito comum nos edifícios deste Regional.

Ainda nesse prisma, a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 4, de 28 de fevereiro de 2014, com vistas a regulamentar o porte de arma de fogo aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, resolve que:

Art. 3º, § 1º- Cada Instituição deverá adotar as medidas necessárias que sejam observadas as

condições de uso e de armazenagem da arma de fogo de acordo com a legislação. (grifo nosso)

Art. 8º O órgão de segurança de cada Instituição será responsável pela guarda e manutenção adequada das armas de fogo institucionais, da munição acessórios, devendo manter rigoroso controle de utilização que conste: o registro de arma, sua descrição, o número de série e calibre, a quantidade e o tipo de munição fornecida, a data e eu horário de entrega e a descrição sucinta da atividade a ser desenvolvida pelo servidor:

§ 1º – Cada Instituição deverá providenciar local seguro e adequado para guarda e manutenção das armas de fogo institucionais, assim como da munição a dos acessórios respectivos, respeitadas às normas pertinentes.(grifo nosso)

Motivo pelo qual a Seção de Segurança apresenta este Termo de Referência, a fim de adquirir o produto especificado para reter a arma de fogo ou outro material proibido em poder do visitante da Unidade Trabalhista, bem como armazenar, de forma efetiva e organizada, o material bélico deste Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

III - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO:

A Empresa deve ser especializada no fornecimento do referido objeto, bem como proporcionar Serviços de assistência técnica 24 horas.

IV – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

| ITEM | QTDE | DESCRIÇÃO |
|------|------|--|
| 01 | 15 | Cofre eletrônico com <i>Display</i> Digital; Iluminação interna; Forração interna; Medidas: Altura de 24 cm, Largura de 41 cm e Profundidade: 42 cm; Com o Corpo e Porta de aço; Sistema de propulsão para garantir o funcionamento seguro de todo o sistema, a fim de reduzir os "travamentos"; Com senha mestra para uso do usuário principal; Possibilidade de cadastrar, no mínimo, 10 senhas, com possibilidade de |

| | | |
|----|----|---|
| | | <p>"deletar" a qualquer momento, quando for necessário; Deverão acompanhar Kit de fixação e Kit de emergência para cada peça (função de alimentação externa para substituir as pilhas internas do cofre quando estas se esgotarem e não conseguir mais movimentar o mecanismo abre e fecha)e assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas.</p> |
| 02 | 02 | <p>Cofre eletrônico com o Corpo e Porta de aço com as seguintes especificações: Medidas: Externas - Altura de 150 cm, Largura de 90 cm e Profundidade de 50 cm e interna altura de 142 cm, largura de 84 cm e profundidade de 44 cm; Peso entre 140 kg à 160 kg; Funcionamento com 4 pilhas tamanho AA, com durabilidade mínima de (1 ano); Fechamento através de senha digital (programada pelo próprio usuário) + chave tetra; Quando inativo, o sistema eletrônico deverá proporcionar 100% de economia; Motor de baixo consumo de pilhas; Fácil operação com senha de 4 à 6 dígitos programada pelo usuário; <i>Display</i> discreto para visualizar as operações; Painel em aço; Teclado emborrachado; Abertura e fechamento automático; Bloqueio de 30 minutos após três tentativas com senha incorreta; Senha descartável para abertura de emergência através do suporte técnico; Construídos com duas caixas de aço especificação SAE 1008 e 1010; A porta seja reforçada internamente com forramento especial, com chapa de aço de bitola grossa; tenha luz interna; Tenha o mínimo de 3 (três) prateleiras removíveis e reguláveis, mais 2 (duas) gavetas com chave, formando o mínimo de 5 (cinco) vãos para organização de cartuchos, insumos, armas curtas e munições; Deverá possuir espaço lateral no lado direito para armazenamento de armas longas; Travamento "H" (horizontal e vertical); Fechamento e abertura através de senha programável , quadrichave e volante; Revestido internamente em carpete; O gabinete deverá ser confeccionado com chapas de aço, com dobradiças Reforçadas confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 1,2 mm; Base preenchida com concreto; Deverá possuir duas portas com abertura no sentido horizontal, confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 2 mm com reforço no mecanismo de 3mm; Pintura especial na cor Branca (Cristal) pelo sistema "epoxi pó", assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas e aprovado pelo Exército Brasileiro. Kit de emergência.</p> |

V - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

a) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Empresa contratada deverá ser especializada no fornecimento e manutenção do presente objeto;

As licitantes deverão incluir em suas propostas toda documentação técnica (folders, manual técnico com uma versão em português, relação da rede de assistência técnica

autorizada, e outros), referente ao equipamento a ser adquirido para análise preliminar da conformidade daqueles com o especificado;

As licitantes deverão fornecer como parte integrante das propostas, declaração de compatibilidade plena entre o equipamento solicitado e o equipamento de referência;

A Empresa contratada deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

A Empresa contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Isto implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 dias, o produto com avarias ou defeitos;

A análise preliminar, por parte da Seção de Transporte e Segurança, não exime a licitante da responsabilidade sobre a compatibilidade entre os equipamentos ofertados e o de referência.

b) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Receber e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes, para pagamento;

Efetuar o pagamento de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Edital.

VI - DA GARANTIA DO PRODUTO:

Garantia de, no mínimo, um ano em todos os componentes eletrônicos e três anos no gabinete.

VII – DO PRAZO DE ENTREGA:

O equipamento deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis, remessa única, contados a partir do recebimento pela empresa da respectiva Nota de Empenho, sob pena de multa contratual por dia de atraso;

O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega do equipamento. O recebimento definitivo será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias, contados

após ser observado e testado o funcionamento correto do equipamento.

VIII – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:

O critério de adjudicação será o de menor preço.

IX – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do material será efetuado por meio de ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, após o recebimento e teste do material, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, a contar da certificação do Chefe da Seção de Transporte e Segurança/DSILS;

Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos: Nota Fiscal devidamente discriminada, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias - INSS, Certificado de Regularidade do FGTS-CRF às de Terceiros – CND da empresa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Conjunta Relativa a Tributos Federais, Declaração de Inexistência de Empregado Menor e Declaração de Parentesco.

X – DA LOCALIZAÇÃO ONDE SERÁ ENTREGUE OS MATERIAIS:

Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Av. Rio Madeira, nº 3997, Bairro: Industrial CEP- 76.821-901, telefone: (69) 3217-9471 – Porto Velho/RO, em dias úteis, no horário compreendido ente 08 às 15 horas, a fim de proceder o devido tombamento, e, posteriormente, os materiais deverão ser conduzidos a Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança (DSILS) deste Tribunal, na Av. Almirante Barroso, nº 600, Centro, telefone: (69)3211-6463 / 3211-6462 / 9991-5389, e instalados nos locais a serem informados pela DSILS.

XI - CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DO MATERIAL:

A Planilha dos Custos e Formação de Preços, elaborada a partir das pesquisas de preços realizadas no mercado nacional.

XII – SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Seção de Segurança Transportes/DSILS.

XIII – LOCAL E DATA DE ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO:

Porto Velho/RO, 23 de janeiro de 2015.

XIV – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

A entrega do material pela empresa CONTRATADA será acompanhado e fiscalizado

pelos servidores Héilton Alves de Aguiar, Diretor da Diretoria de Serviços de Infra Estrutura, Logística e Segurança - DSILS, Nilson Marcelino da Silva, Chefe da Seção de Segurança e Transportes e Antônio de Souza Medeiros, Agente de Segurança Judiciária, ou outro indicado pelo Diretor da DSILS, conforme Portaria nº 0572, de 18 de março de 2008, com autoridade para exercer, em nome do TRT da 14ª Região, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização;

A ação da fiscalização exercida pelo TRT da 14ª Região não exonera a empresa CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

Porto Velho, 23 de janeiro de 2015.

HELITON ALVES DE AGUIAR
DIRETOR DA DSILS
TRT 14ª REGIÃO

NILSON MARCELINO DA SILVA
CHEFE DA SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTES
TRT 14ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°.../2015
Pregão Eletrônico n° 00/2015
Processo Adm. Eletrônico N° 1724/2015

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, situado na Rua Almirante Barroso, N° 600, Centro, em Porto Velho-RO, inscrito no CNPJ-MF sob o N° 03.326.815/0001-53, daqui em diante denominado TRT-14ª REGIÃO, representado, neste ato, por seu, ou autoridade que estiver respondendo pelo cargo, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico N° 00./2015, devidamente homologado à fl....., nos autos do Processo TRT Adm Eletrônico n° 1724/2015, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013 (alterado pelo Decreto n,º 8.250/14) REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido Pregão, Termo de Referência, Proposta e com as cláusulas e condições a seguir.

FORNECEDOR(A):

....., com sede na....., n°....- Bairro..... CEP:.....- Fone: (XX) (....)....., inscrita no CNPJ N°....., neste ato, por intermédio de seu representante legal, Senhor, portador da Carteira de Identidadee do CPF.....

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente ata tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS, visando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de cofre eletrônico, conforme Pregão Eletrônico n° 00/15, proposta comercial e Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS QUANTITATIVOS E DOS PREÇOS

I - Os quantitativos e preços dos equipamentos estão relacionados no quadro abaixo:

Lote 1

| ITEM | DESCRIÇÃO | Qde Mínima | Qde Máxima | MARCA | P.UNIT (R\$) |
|------|-----------|---------------|---------------|-------|-----------------|
|------|-----------|---------------|---------------|-------|-----------------|

| | | | | |
|---|--|---|----|------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com <i>Display</i> Digital; Iluminação interna; Forração interna; Medidas: Altura de 24 cm, Largura de 41 cm e Profundidade: 42 cm; Com o Corpo e Porta de aço; Sistema de propulsão para garantir o funcionamento seguro de todo o sistema, a fim de reduzir os "travamentos"; Com senha mestra para uso do usuário principal; Possibilidade de cadastrar, no mínimo, 10 senhas, com possibilidade de "deletar" a qualquer momento, quando for necessário;</p> <p>Deverão acompanhar Kit de fixação e Kit de emergência para cada peça (função de alimentação externa para substituir as pilhas internas do cofre quando estas se esgotarem e não conseguir mais movimentar o mecanismo abre e fecha)e assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas.</p> | 1 | 15 | 0,00 |
|---|--|---|----|------|

Lote 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | Qde Mínima | Qde Máxima | MARCA | P.UNIT (R\$) |
|------|---|------------|------------|-------|--------------|
| 1 | <p>Cofre eletrônico com o Corpo e Porta de aço com as seguintes especificações: Medidas: Externas - Altura de 150 cm, Largura de 90 cm e Profundidade de 50 cm e interna altura de 142 cm, largura de 84 cm e profundidade de 44 cm; Peso entre 140 kg à 160 kg; Funcionamento com 4 pilhas tamanho AA, com durabilidade mínima de (1 ano); Fechamento através de senha digital (programada pelo próprio usuário) + chave tetra; Quando inativo, o sistema eletrônico deverá proporcionar 100% de economia; Motor de baixo consumo de pilhas; Fácil operação com senha de 4 à 6 dígitos programada pelo usuário; <i>Display</i> discreto para visualizar as operações; Painel em aço; Teclado emborrachado; Abertura e fechamento automático; Bloqueio de 30 minutos após três tentativas com senha incorreta; Senha descartável para abertura de emergência através do suporte técnico; Construídos com duas caixas de aço especificação SAE 1008 e 1010; A porta seja reforçada internamente com forramento especial, com chapa de aço de bitola grossa; tenha luz interna; Tenha o mínimo de 3 (três) prateleiras removíveis e reguláveis, mais 2 (duas) gavetas com chave, formando o mínimo de 5 (cinco) vãos para organização de cartuchos, insumos, armas curtas e munições; Deverá possuir espaço lateral no lado direito para armazenamento de armas longas; Travamento "H" (horizontal e vertical); Fechamento e abertura através de senha</p> | 02 | 02 | | 0,00 |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| <p>programável , quadrichave e volante; Revestido internamente em carpete; O gabinete deverá ser confeccionado com chapas de aço, com dobradiças Reforçadas confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 1,2 mm; Base preenchida com concreto; Deverá possuir duas portas com abertura no sentido horizontal, confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 2 mm com reforço no mecanismo de 3mm; Pintura especial na cor Branca (Cristal) pelo sistema "epoxi pó", assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas e aprovado pelo Exército Brasileiro.</p> <p>Kit de emergência.</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|

II - A existência de preços registrados não obriga o TRT da 14ª Região a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (art. 16, do Decreto nº 7.892/13).

III - Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

IV - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

I – Os equipamentos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

II – Local de entrega: Sem ônus para o TRT 14ª Região, Av. Rio Madeira, nº 3997, setor Industrial, Porto Velho/RO, na Diretoria do Serviço de Material e Patrimônio, no horário de 08h00 as 17h30, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.

III - Nas hipóteses em que os materiais entregues não se conformarem com as especificações desta ata, o fornecedor deverá substituí-los, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do termo de recusa dos bens.

IV - Garantia dos equipamentos será de, no mínimo, um ano em todos os componentes eletrônicos e três anos no gabinete.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESOLUÇÃO Nº 103/2013-CSJT

I - O Fornecedor deverá manter as condições estabelecidas na Resolução 103/2012-CSJT: *“Não deverá possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo e nem ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo”*, podendo ser verificado constantemente durante a execução do contrato/ata, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regiona, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

II – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo a Regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- d) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

III - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - Na forma do que dispõe o art. 67 da Lei n. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento será efetuado pelo Diretor de Serviços de Infra Estrutura, Logística e Segurança - DSILS, por meio da servidor **WELITON ALVES DE AGUIAR** e por meio do servidor **NILSON MARCELINO DA SILVA**, chefe da Seção de Segurança e Transportes, respectivamente, fiscal e substituto eventual, os quais exercerão, em nome do TRT 14ª Região, toda e qualquer ação de orientação geral, com vistas ao seu integral cumprimento e atendimento das necessidades dos fornecimentos, conforme preceitua a Portaria GP n. 572/2008, alterada pela Portaria GP n. 1179/2013.

II – Havendo necessidade de alteração dos fiscais acima nominados, o(s) novo(s) servidor(es) serão designado (s) nos autos do processo administrativo pertinente pelo Diretor-Geral das Secretarias, procedendo-se ao apostilamento do Contrato/Ata contemplando a alteração.

Parágrafo único – As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

III - O Fiscal da Contratação ficará na responsabilidade de realizar a negociação, quando necessário, para alteração de preços, em cumprimento aos Artigos 17 e 18 do Dec. 7.892/13.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e do Fornecedor Beneficiário.

Porto Velho, ___ de _____ de 2015.

TRT-14ª Região
FORNECEDORA

A N E X O III – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP complemento, em conformidade com o disposto no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA, sob as penas da lei, que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital de licitação que rege o certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO IV – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº .../...

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av....., nº, bairro, cidade, UF, CEP complemento, em conformidade com o disposto no art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93, DECLARA, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos da sua habilitação para o presente processo licitatório, estando ciente, ainda, da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

A N E X O V – DO EDITAL

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93

Emprega menor na condição de aprendiz, a partir de 14 anos: sim () não ()

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO VI – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO N° 07, de 18/10/2005, do CNJ, MODIFICADA PELA RESOLUÇÃO N° 09/2005, de 06/12/2005 (que alterou o art. 3° da Resolução n° 7) do CNJ

Pregão Eletrônico n°/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob n°....., com sede rua/av., n°, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução n° 9, de 06 de dezembro de 2005.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO VII – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 103, DE 25 DE MAIO DE 2012, do CSJT (Aprovou o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus).

Pregão Eletrônico nº

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004 e não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105, nos termos da Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:
CPF:

A N E X O VIII – DO EDITAL

PREENCHER SOMENTE SE FOR OPTANTE PELO SIMPLES

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA-ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, instituídas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, bem como não contemplam as hipóteses do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO IX - DO EDITAL

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico n.º ____/2015

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Pessoa de Contato:
e-mail:
Telefone Fixo: ()
Celular: ()

Dados Bancários:
Banco:
Agência:
C/C:

OPTANTE DO SIMPLES: () SIM () NÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, visando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de cofre eletrônico, conforme especificações técnicas contida no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Lote 1

| ITEM | DESCRIÇÃO | Qde | MARCA | P.UNIT (R\$) |
|--|---|-----|-------|--------------|
| 1 | Cofre eletrônico com <i>Display</i> Digital; Iluminação interna; Forração interna; Medidas: Altura de 24 cm, Largura de 41 cm e Profundidade: 42 cm; Com o Corpo e Porta de aço; Sistema de propulsão para garantir o funcionamento seguro de todo o sistema, a fim de reduzir os "travamentos"; Com senha mestra para uso do usuário principal; Possibilidade de cadastrar, no mínimo, 10 senhas, com possibilidade de "deletar" a qualquer momento, quando for necessário; Deverão acompanhar Kit de fixação e Kit de emergência para cada peça (função de alimentação externa para substituir as pilhas internas do cofre quando estas se esgotarem e não conseguir mais movimentar o mecanismo abre e fecha)e assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas. | 1 | | 0,00 |
| VALOR DA PROPOSTA PARA O LOTE 1 R\$ | | | | 0,00 |

Lote 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | Qde | MARCA | P.UNIT (R\$) |
|------|--|-----|-------|--------------|
| 1 | Cofre eletrônico com o Corpo e Porta de aço com as seguintes especificações: Medidas: Externas - Altura de 150 cm, Largura de 90 cm e Profundidade de 50 cm e interna altura de 142 cm, largura de 84 cm e profundidade de 44 cm; Peso entre 140 kg à 160 kg; Funcionamento | 01 | | 0,00 |

| | | | |
|--|--|--|--------------------|
| <p>com 4 pilhas tamanho AA, com durabilidade mínima de (1 ano); Fechamento através de senha digital (programada pelo próprio usuário) + chave tetra; Quando inativo, o sistema eletrônico deverá proporcionar 100% de economia; Motor de baixo consumo de pilhas; Fácil operação com senha de 4 à 6 dígitos programada pelo usuário; <i>Display</i> discreto para visualizar as operações; Painel em aço; Teclado emborrachado; Abertura e fechamento automático; Bloqueio de 30 minutos após três tentativas com senha incorreta; Senha descartável para abertura de emergência através do suporte técnico; Construídos com duas caixas de aço especificação SAE 1008 e 1010; A porta seja reforçada internamente com forramento especial, com chapa de aço de bitola grossa; tenha luz interna; Tenha o mínimo de 3 (três) prateleiras removíveis e reguláveis, mais 2 (duas) gavetas com chave, formando o mínimo de 5 (cinco) vãos para organização de cartuchos, insumos, armas curtas e munições; Deverá possuir espaço lateral no lado direito para armazenamento de armas longas; Travamento "H" (horizontal e vertical); Fechamento e abertura através de senha programável , quadrichave e volante; Revestido internamente em carpete; O gabinete deverá ser confeccionado com chapas de aço, com dobradiças Reforçadas confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 1,2 mm; Base preenchida com concreto; Deverá possuir duas portas com abertura no sentido horizontal, confeccionada com chapa de aço, espessura mínima de 2 mm com reforço no mecanismo de 3mm; Pintura especial na cor Branca (Cristal) pelo sistema "epoxi pó", assistência técnica permanente e própria com Suporte técnico 24 horas e aprovado pelo Exército Brasileiro.</p> <p>Kit de emergência.</p> | | | |
| <p>VALOR DA PROPOSTA PARA O LOTE 2 R\$</p> | | | <p>0,00</p> |

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados a partir da data de recebimento da proposta comercial devidamente consolidada, nos termos do Edital.

Informar nome, cargo na empresa, CPF, RG e Procuração, quando for o caso, da pessoa que assinará a Ata de Registro de Preços..

Porto Velho, ____ de _____ de 2015.

(Representante Legal da Empresa)